



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ DE 2015

(Da Sra. ERIKA KOKAY e do Sr. JEAN WYLLYS)

Requer a realização de diligência e audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Cultura, para discutir o enfrentamento à violência e medidas para a implementação de políticas públicas de defesa dos direitos humanos no conjunto de comunidades localizadas no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de diligência e audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Cultura, para discutir o enfrentamento à violência e medidas para a implementação de políticas públicas de defesa dos direitos humanos no conjunto de comunidades localizadas no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. Para tanto, solicitamos sejam convidados (as):

- I) Representante da Unidade de Polícia Pacificadora do Complexo do Alemão;
- II) Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- III) Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE);
- IV) Ministério Público; e
- V) Representante das comunidades do Complexo do Alemão.

### JUSTIFICAÇÃO

As falhas do Estado e o despreparo dos aparatos de segurança no processo de ocupação de áreas consideradas perigosas pelo Poder Público, mais uma vez tornaram-se a causa da morte de civis inocentes no Complexo do Morro do Alemão, Estado do Rio de Janeiro. Entre quarta-feira e quinta-feira da semana passada, quatro pessoas foram baleadas. Tal violência expõe o abismo ainda existente na relação entre polícia e comunidade, numa evidente



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

amostra de que, para policiais, moradores são todos bandidos, e para aqueles, policiais são todos inimigos, não confiáveis.

Enquanto o Estado tenta ocupar o Alemão e tantas outras áreas tidas e havidas como perigosas, as comunidades vivem na mais absoluta carência de políticas de saúde, educação, cultura e muito mais, numa contradição em que a presença dos órgãos se faz apenas e somente no tocante às forças de segurança.

Caso emblemático que expõe a vulnerabilidade do que está por trás do projeto pensado para as UPPs, o assassinato de Eduardo de Jesus Ferreira, uma criança de 10 anos, na última quinta-feira, deveria ter chocado a opinião pública e levado as autoridades de segurança e o governo do Rio de Janeiro a repensar o modelo de segurança que vêm tentando implementar em tais comunidades.

O menino foi atingido por um tiro, segundo a coordenação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), durante confronto entre policiais e traficantes. A versão da polícia é veementemente contestada pelos pais de Eduardo, os quais dizem que um policial atirou no menino, que estava na porta de casa, na localidade de Areal. Ele teria sido atingido pelo simples fato de estar segurando um celular no momento da operação. O aparelho teria sido confundido com uma arma.

Os fatos, assim, nos impõem a urgência de discutir esse modelo de segurança proposto pelo Estado, bem como a necessidade de fazermos o enfrentamento à violência e a implementação de políticas públicas de defesa dos direitos humanos no conjunto de comunidades localizadas no Complexo do Alemão, assim como naquelas localidades em que as falhas grotescas de agentes de segurança têm assassinado civis inocentes, quando estes deveriam zelar em servir e proteger a população.

Em face do exposto, e considerando a gravidade do tema, propomos a realização de diligência e audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Minorias, e de Cultura, no Complexo do Alemão, para debater a situação em tela, iniciativa para a qual solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de abril de 2015.

**ERIKA KOKAY**  
Deputada Federal – PT/DF

**JEAN WYLLYS**  
Deputado Federal – Psol - RJ